

PT São Paulo

(este governo não tem mais jeito)

Sua política econômica conduz o país a uma recessão.

O custo de vida atinge níveis insupportáveis.

Os aluguéis extorsivos empurraram milhões de pessoas para a periferia das grandes cidades. A inflação fora de controle esvazia o gatilho salarial, transformando-o num arremedo de escala móvel. No plano externo, o governo negocia docilmente com os banqueiros e se prepara para atender as suas exigências, intensificando as exportações.

Por fim, na Constituinte, com o apoio de seus aliados do PMDB e do PFL, parece muito mais interessado em manobras mesquinhas, como a extensão para seis anos do mandato presidencial, do que realizar as mudanças profundas de que o país necessita.

Diante de tal quadro, o PT está lançando nacionalmente a campanha popular "Contra Sarney e a Dívida, Diretas para Presidente". Ao mesmo tempo, o partido jogará o seu peso na organização de comitês pela iniciativa popular na Constituinte, articulando-se com outras forças sociais interessadas na aprovação de medidas de interesse popular. Em São Paulo, a campanha começou a ser organizada numa grande Plenária de



O discurso de Lula foi ouvido com atenção pelas mais de duas mil pessoas que compareceram à Plenária do dia 26, para deflagrar a campanha "Contra Sarney e a Dívida, Diretas para Presidente".

Militantes, realizada no dia 26 de abril, e prossegue com uma série de eventos em maio, concluindo sua primeira fase com um ato público, no dia 21 de junho.

Pequenos agricultores criam movimento de resistência

Agora vai ficar mais fácil a união dos sem terra e dos com terra, ou com pouca terra. Os sindicatos rurais cutistas do Sul resolveram disputar com as entidades dos grandes proprietários a liderança dos pequenos agricultores. Sua primeira iniciativa, o bloqueio de estradas, alcançou grande repercussão.

Muita gente chegou a pensar que os pequenos agricultores tinham sido ganhos pela extrema direita quando o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, foi aclamado por cerca de 20 mil pequenos e grandes produtores rurais em manifestação em Brasília, há dois meses. Parecia que a luta pela reforma agrária cabe aos sem-terra, e a luta contra a política agrícola é coisa em que só os fazendeiros e as grandes cooperativas podem participar.

Os pequenos estariam condenados a ir sempre a reboque, servindo de importante massa de manobra, para depois disputar as migalhas das eventuais conquistas dos grandes.

Mas agora a situação está mudando, e a mudança começou nos Estados do Sul, com manifestações e bloqueios de estradas que conseguiram mobilizar centenas de milhares de pequenos produtores. A intervenção violenta de tropas da Polícia Militar e do Exército serviu para mostrar que se trata de um movimento que foge do controle dos grandes. Na verdade, o nascente Movimento de Resistência dos Pequenos Produtores é a primeira iniciativa, no Brasil, de articulação de pequenos agricultores que atua independente e até mesmo contra os grandes proprietários.

Para explicar do que se trata esse movimento, o PT-São Paulo foi ouvir um de seus dirigentes, o presidente do sindicato de trabalhadores rurais de Francisco Beltrão, sudoeste do Paraná. É o sitiante Adelmo Escher, 37 anos, proprietário de 11 hectares onde cultiva arroz, feijão e milho, cria porcos e aves. Seu sindicato está ligado à CUT, que tomou a iniciativa de criar o Movimento e disputar com a Frente Ampla da Agricultura e a UDR a direção das lutas concretas dos pequenos produtores. Adelmo informa as principais características do Movimento:

- Apenas algumas de suas reivindicações são comuns a todos os proprietários rurais, como o aumento dos preços mínimos e crédito subsidiado (3% de juros mais o Índice de Preços Recebidos - IPR). As semelhanças param por



aí. A grande diferença também começa aí, pois o Movimento de Resistência dos Pequenos Produtores propõe que só os proprietários (e arrendatários) de menos de 5 módulos rurais possam ser beneficiados pelos financiamentos. Esta proposta atende os interesses de quase 90% dos 5 milhões de agricultores do país, que até vêm recebendo menos da metade do montante dos créditos facilitados.

O Movimento considera que os médios e grandes agricultores (em geral com mais de 100 hectares) têm condições de produzir sem ajuda do governo, e que não faz sentido o país importar alimentos básicos enquanto os pequenos agricultores, responsáveis por 80% dos alimentos produzidos no Brasil, vão perdendo suas terras para os grandes, que logo substituem o arroz e o feijão por pasto e cana.

- Além da elevação do preço mínimo e de crédito exclusivo para os pequenos, o Movimento propõe a moratória das dívidas dos sitiantes em dificuldades junto aos bancos, a realização efetiva da reforma agrária e o não pagamento da dívida externa.

Se eles já têm terra, pra

que reforma agrária? Por vários motivos: em primeiro lugar, porque grande parte destes agricultores na realidade não são donos de suas terras - são arrendatários, parceiros, posseiros - e, em segundo lugar, porque seus filhos precisam de terra para evitar o êxodo para as favelas. Em terceiro lugar, porque estão percebendo que sua força de pressão pode crescer muito na medida em que, ao contrário de diminuírem os pequenos, como vem ocorrendo, seu número se multiplicar com o assentamento de milhares e até milhões de famílias nas terras dos latifúndios.

Todas essas reivindicações foram colocadas ao governo durante os bloqueios das estradas; até agora sem resposta. A próxima iniciativa é o levantamento de todos os pequenos proprietários ameaçados de perder suas terras para os bancos e credores, para articular os sindicatos e a comunidade e impedir que eles sejam executados - é o que Adelmo Escher e outros dirigentes esperam.

E daí?

Esse tipo de resistência já existe em vários países, como Estados Unidos e França, e

tem dado resultados - que, no entanto, só poderá ser efetivo, massivo e duradouro quando os pequenos agricultores conseguirem se unir com os demais trabalhadores do campo e da cidade. O direito dos camponeses à terra - ou à propriedade - foi uma das principais bandeiras das revoluções democrático-burguesas. Mas a concentração da propriedade e do capital já chegou a tal ponto que hoje só o socialismo pode garantir a sobrevivência dos camponeses. Parece contraditório; entretanto, para haver socialismo não é preciso acabar com toda propriedade, e sim com a propriedade dos capitalistas. Só então os camponeses e demais trabalhadores rurais poderão optar livremente entre a produção familiar, cooperativa, coletiva ou mista, no momento em que julgarem conveniente.

A batalha está no começo, e ainda não ultrapassou as fronteiras da Região Sul. Mas a grande demarcação de classe entre os proprietários rurais vai sendo delimitada, na medida em que os reais interesses de cada uma das classes vão sendo mais bem compreendidos.

Marília Andrade

Carta

Prezados companheiros.

Vindo de quem vem, não me surpreende mais. Ainda assim, já que fui citado duas vezes, nominalmente (Freud explica? Ou seria Stalin?), gostaria de fazer uma breve correção na objetiva, imparcial e honesta avaliação da campanha eleitoral de TV, a partir do Seminário de Comunicação (PT São Paulo Especial, janeiro/87, pág. 9).

O Chico Malfitani, o Carlito Maia e eu não nos afastamos do Seminário por defendermos "a tese de que haviam feito uma campanha bem sucedida em 85 e, por isso (...) ser reconduzidos à direção da campanha de 86, com autonomia para realizarem o seu trabalho".

O que não tivemos foi saco para ficar ouvindo condenações idiotas sobre exatamente aquilo que foi o melhor na campanha de 85, chegando ao absurdo de ter que escutar, do vitorioso Diretório Regional do Ceará (quá, quá, quá), recomendações para a futura campanha de governador de São Paulo.

Mas, felizmente, isso são águas passadas e o PT, hoje, já encontrou sua linguagem de TV, conforme pude ver no programa nacional em rede, janeiro último. O que, entre outras vantagens políticas e eleitorais, me livra do lenga lenga do José Américo, volta e meia pedindo minha "competente colaboração".

Viva o PT!

a) Erazê Martinho

Jundiaí, fevereiro de 87.

Jucelino na Câmara

Jucelino Silva Neto assumiu - em 15 de março - a vereança na Câmara Municipal de São Paulo, preenchendo a vaga deixada por Luiza Erundina - eleita deputada estadual. Primeiro suplente da bancada petista eleita em 1982, obteve, naquela época, 19.630 votos.

Ativista da Oposição Metalúrgica-SP, Jucelino atuou com destaque nos movimentos grevistas que se sucederam desde 1978. No PT, que ajudou fundar, foi presidente da Comissão Provisória de Itaim Paulista.

Na Câmara, como toda a bancada petista, fará oposição ferrenha ao Governo - ou desgoverno? - de Jânio Quadros.

Semana do Trabalhador

Criada por iniciativa do companheiro Anízio Batista, ex-deputado estadual, a Semana do Trabalhador é uma realidade desde dezembro passado, quando foi aprovada a lei n.º 5501/86.

Ao governo do Estado cabe a tarefa de promover - na semana do 1.º de maio - uma série de eventos culturais e educacionais que valorizem o papel do trabalhador, tanto nas escolas da Rede Oficial de Ensino, como nas bibliotecas e espaços destinados às atividades públicas das secretarias.

PT São Paulo

Editor: José Américo Dias

Redação: Marcos de Oliveira, Sérgio dos Santos, Bernardo Bera, Edmundo Machado, Dario Gonzalez, Breno Altman, Francisco Damaso, Marília Andrade, Carlos Eduardo Carvalho.

Diagramação e Produção Gráfica: Breno Altman.

Fotografia: Hugo Scotte.

Ilustração: Bira.

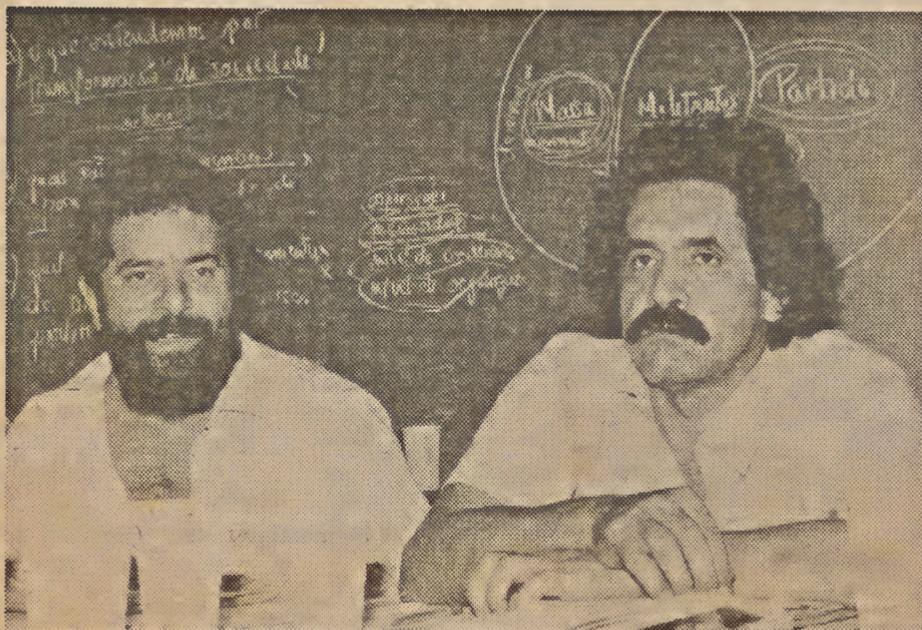
Secretária: Patrícia Maria Cornils.

Composto e Impresso: DCI - Indústria Gráfica S.A. -- Rua Almeida Lima, 1.400.

Endereço: Rua Treze de Maio, 1.082 -- Bela Vista -- São Paulo -- Fone 284-6823.

PT acerta seus ponteiros para a Constituinte

Defesa intransigente da soberania nacional. Congresso decidindo sobre matéria econômica. Limites à propriedade privada. Medidas que assegurem a implementação da reforma agrária e da reforma urbana. Presidencialismo em vez de parlamentarismo.



Lula e Olívio Dutra dirigem a plenária em Cajamar: o PT avança no seu projeto de Constituição

Durante dois dias, marcados por um debate intenso, o Diretório Nacional do PT discutiu as propostas do partido para a nova Constituição do país. A reunião, realizada no fim-de-semana de 11 e 12 de abril, no Instituto Cajamar (Grande São Paulo), contou com a participação, também, da bancada de deputados federais do PT, além de três representantes por Diretório Regional. Ao final, foram aprovados vários eixos de posicionamento, dando conta das principais questões referentes aos interesses da grande maioria da população. "Não vendemos a ilusão de que se pode ter mudanças de fundo, estruturais, no quadro da atual Constituição", afirmou o secretário-geral do partido, Olívio Dutra, membro da bancada federal petista pelo Rio Grande do Sul. "Mas, com o apoio da pressão popular, pode-se avançar mais do que gostariam as elites do país".

O debate no Diretório Nacional ampliado deu-se com base em cerca de 20 planilhas — distribuídas aos presentes à reunião —, cada uma dedicada a um determinado tema a ser tratado na Constituição. As planilhas foram elaboradas pela Comissão Constitucional do partido, que vem trabalhando regularmente desde dezembro do ano passado, e reproduziam os temas considerados polêmicos dentro do PT, tendo como referência central o projeto de constituição elaborado pelo professor Fábio Konder Comparato e apresentado ao partido em fevereiro de 86. Durante toda a reunião, houve uma preocupação de se debater os vários assuntos à luz da necessidade não apenas da afirmação dos princípios glo-

bais do partido, mas também da delimitação de fronteiras para a transigência no debate na própria Constituinte, em função do processo de elaboração constitucional combinado com a mobilização popular. Olívio Dutra registra, ainda, que não ficou estabelecido na reunião um texto constitucional pronto e acabado. "Nossas propostas devem se desenvolver acompanhando o ritmo da situação política e as próprias proposições que emanem dos movimentos populares, sindicais, etc.," afirmou.

Principais Resoluções

Relatamos a seguir os resultados de algumas das principais discussões. Com relação aos direitos e garantias dos cidadãos, o PT propõe a livre organização partidária, abolição de qualquer restrição à greve, voto facultativo nas eleições, direito a voto a partir dos 16 anos de idade, incluídos os soldados, cabos e marinheiros; também se estabelece o direito aos militares da ativa de se candidatarem a cargos eletivos. O DN aprovou a proposta do presidencialismo como regime político, excluindo-se do presidente, não entanto, o direito de veto e da emissão de decretos-leis, e o Congresso unicameral, quer dizer, com a extinção do Senado Federal.

No que diz respeito ao sistema eleitoral, foi aprovada a proporcionalidade (contra o voto distrital), respeitando-se, também, na composição do Congresso, a proporcionalidade referente ao número de habitantes por Estado da Federação. Ainda neste ponto, o DN definiu-se pela eleição através do voto em listas partidárias (legenda).

Em termos da chamada Ordem Econômica, o PT defenderá mecanismos constitucionais que facilitem a desapropriação (com formas determinadas de indenização), com vistas à reforma agrária e urbana, tendo como pano-de-fundo a definição da propriedade como sendo de função social. Forte polêmica no DN causou a questão da exploração e uso do subsolo, fixando-se, ao final, a posição do monopólio do Estado na exploração de minerais considerados estratégicos, vedada, em qualquer circunstância, a exploração por parte de empresas estrangeiras. Com relação às terras indígenas, só poderão ser exploradas pelo Estado mediante acordo com as entidades representativas dessa população. A estatização integral do sistema financeiro foi outro ponto aprovado pelo DN.

O PT defende, ainda, que as Forças Armadas sirvam apenas para garantir a integridade do território nacional, os espaços aéreo e marítimo. E que sejam consideradas como corporação profissional, isto é, sem o serviço militar obrigatório.

No caso da Educação, depois de aprovado o princípio do Ensino Público e Gratuito em todos os níveis, foi definido, indicativamente, a destinação de verbas públicas apenas para as escolas públicas e a estatização de todo o sistema de ensino.

Outro ponto bastante polêmico cuja decisão teve caráter indicativo foi o da questão do aborto. Estabelecida a posição da questão como sendo constitucional e a sua descriminalização, optou-se, porém, por abrir dentro do partido e na sociedade em seu conjunto um profundo

debate sobre o assunto, assegurando-se a cada militante petista a possibilidade de defender livremente o seu ponto-de-vista dentro e fora do PT, até que o Encontro Nacional do partido, previsto para o final do ano, se posicione soberanamente a este respeito.

Campanha de mobilização

Vale a pena registrar outros dois aspectos das propostas constitucionais aprovadas pelo DN. O primeiro é o respeito ao princípio da igualdade, estabelecendo-se a necessidade de se considerar crime inafiançável qualquer ato de discriminação decorrente de religião, cor, idade, etnia, sexo etc. O segundo é o da política externa, cujo princípio é a defesa da autodeterminação dos povos e da liberdade de organização sindical e política em todos os países.

Todo este conjunto de posicionamentos - e vários outros que ainda deverão ser debatidos pelo partido em razão da dificuldade, pelo tempo, de a DN, resolvê-los em sua última reunião -, segundo o secretário-geral Olívio Dutra, "não são propriedade do Partido dos Trabalhadores mas sim do movimento de massas em curso, que o PT busca representar." De acordo com ele, é a realização da Campanha de Mobilização Popular aprovada no DN de 14 de março (veja moratória na página 6) que poderá tornar realidade as propostas apresentadas, "ligando as lutas do povo ao processo constituinte".

Bernardo Bera

Quércia já botou as manguinhas de fora



Deputada Luíza Erundina

A gestão Orestes Quércia no governo de São Paulo completa mais de um mês e até agora não mostrou seu programa de trabalho. Além disso, o governador abre um precedente perigoso para a classe trabalhadora com o projeto de fim do gatilho salarial para o funcionalismo público estadual e se articula com os setores mais conservadores da política brasileira.

Para falar do governo Quércia e o que os parlamentares do PT pretendem fazer como oposição, o PT-São Paulo ouviu a líder do partido na Assembleia Legislativa, a deputada Luíza Erundina de Souza.

Como você analisa o primeiro mês do governo Quércia?

Até agora nós não sabemos a que ele veio. Ele ainda não apresentou uma proposta global de governo e tem governado a reboque dos fatos, como por exemplo, no problema da habitação. As ocupações na Zona Leste, que são um fenômeno muito importante do ponto de vista da mobilização do povo em torno de um problema urgente que é o da moradia. Durante toda a campanha ele anunciou que a habitação seria uma de suas prioridades. No entanto, iniciou o governo sem um programa e sem uma política habitacional e foi obrigado a dar uma resposta ao movimento de ocupação de terras da Zona Leste. Ao nosso ver, essas ocupações vão se ampliar em função do descongelamento dos preços dos aluguéis, do arrocho salarial, recessão, desemprego e da própria falta de um plano habitacional do governo.

Quais foram os projetos que o governador remeteu à Assembleia?

O que ele está mandando são alguns projetos que ficaram pendentes da administração anterior, como por exemplo, a rolagem da dívida e um pedido de empréstimo de 200 milhões de dólares para recuperação de estradas, através do DER. Ele está tentando criar uma sustentação econômica para o plano de governo que ainda não se sabe qual é. Até agora ele tem criado uma ou outra secretaria, com os secretários anunciando medidas que não concretizam no plano do orçamento e dos recursos. Um exemplo é o da Secretaria do Menor que anunciou algumas linhas de plano de ação sem que se tivesse uma comprovação de recursos e de meios para poder concretizar a política anunciada.

Qual a opção provável que o governo Quércia fará diante dessa situação?

Será via aumento da dívida interna e da externa do Estado que hoje já chega a 7 bilhões e 500 milhões de dólares. A rolagem da dívida com mais empréstimos no exterior aumentará ainda mais a dívida externa do país.

E o fim do gatilho salarial para o funcionalismo?

Aliada a esses projetos falados anteriormente, a primeira medida que o governador Quércia tomou foi exatamente mandar uma mensagem de reajuste para o funcionalismo, revogando o gatilho. Isso é um atentado não só a um direito dos servidores estaduais a partir de uma Lei que a Assembleia Legislativa aprovou por unanimidade no ano passado, como também abre um precedente para que outros estados e a iniciativa privada comecem a revogar o gatilho salarial do trabalhador. É uma medida grave que pode comprometer direitos e conquistas dos trabalhadores, de um modo geral.

Essa medida de acabar com o gatilho pode ser tomada como indicativo do que o governo federal poderá decretar para todos os trabalhadores do país?

Essa é uma hipótese que eu faço em função do momento em que o governador colocou isso. Foi logo depois que ele veio de Brasília, onde esteve com o Presidente da República. Inclusive, a partir daí, o governador passou a dar apoio ao mandato de 6 anos para o presidente Sarney. Existe uma troca de favores e de apoios entre o governador e o presidente.

Qual a avaliação que você faz da reunião entre Quércia e os governadores de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul?

Embora haja desencontros por parte do governador em tentar atribuir à imprensa uma versão incorreta ou não verdadeira daquilo que ele quis passar na entrevista, na minha opinião ele foi obrigado a recuar. Pois, no fundo, havia um propósito da parte dele de lançar uma ofensiva de apoio a Sarney, no sentido de deslocar o pólo de sua sustentação política. Hoje, o presidente não tem legitimidade e nem sustentação mesmo no PMDB e no PFL. E o Quércia de forma viva e matreira tenta puxar para si a direção do processo de sustentação do atual governo. Tentando inclusive impor nomes de ministros.

Acordos com Jânio Quadros e o PFL antes mesmo de tomar posse. Falta de plano de governo. Ataque ao bolso do funcionalismo público estadual, através da supressão do gatilho salarial. Conchavos no plano nacional visando a ampliação do mandato ilegítimo do presidente José Sarney. Assim, Quércia inicia o seu governo.

CADE O GATILHO?



Com a aproximação do PMDB em relação ao PFL, como fica a composição de forças dentro da Assembleia Legislativa e sua relação com o governo Quercia?

O PFL está totalmente fechado com o PMDB. Aliás, o apoio do PFL é até mais unitário, rápido e eficaz do que o próprio apoio da totalidade da bancada do PMDB. O PTB tem feito oposição, o que é fruto dele não ter conseguido os cargos que pleiteava. O PDS também tem feito oposição. Só que nós não sabemos até quando estas duas forças vão manter essa atitude, pois esses partidos vão até o limite de terem os seus interesses atendidos.

O que significa a aproximação de Quercia com Jânio Quadros?

Revela exatamente essa articulação pela direita do governo Quercia. Por exemplo, na época em que se elegia a mesa da Câmara Municipal, no início de fevereiro, Quercia viajou para o exterior e não deixou nenhuma posição clara de apoio à articulação que pretendia eleger uma outra mesa. Isso facilitou a eleição de uma mesa explicitamente janista. E, antes de viajar, Quercia manifestou apoio expresso a projetos do prefeito, como no das garagens subterrâneas. O compromisso do governador com o prefeito tem um significado em nível de política nacional. Ambos se articulam em torno de projetos políticos comuns com repercussões a médio e longo prazos.

Como está sendo o trabalho de oposição da bancada do PT, na Assembleia?

O PT teve um plano de governo que foi a base da campanha para o governo de São Paulo. Agora, nós estamos reanalisando essa proposta, colocando-a em confronto com o que se prevê que será o governo Quercia e vamos estabelecer um plano de lutas em cima de propostas alternativas em relação ao que ele vier propor. Sobretudo naqueles pontos em que o PT tem grande experiência, como transporte, habitação e a política social de um modo geral. Vamos lutar também por um processo de reestruturação administrativa dentro do Estado. Por outro lado, estamos avaliando como o governo está se comportando na criação de secretarias e na extinção de alguns órgãos. Fica claro para nós que não houve um plano racional, lógico e funcional para essa mudança da máquina administrativa que ele começou a implantar. Foi muito mais uma distribuição de cargos, em resposta a promessas de campanha, do que uma preocupação em dar um tratamento racional à máquina do estado.

E a organização interna da bancada do PT, como está?

A bancada está começando a estruturar um projeto unitário que procura compatibilizar os projetos de cada gabinete com o objetivo de construir uma proposta integrada de trabalho parlamentar não só no interior da Assembleia, como também no partido e nos movimentos sociais.

A política econômica continua bastante confusa, com o governo tentando atender a objetivos conflitantes, dentro de um esforço de preservar de alguma forma sua base de sustentação política. As últimas semanas foram marcadas por algumas iniciativas importantes no sentido de contentar o grande capital e reverter os sinais de recessão que começam a aparecer. A liberação generalizada dos preços e o esforço concentrado para rebaixar as taxas de juros se orientaram neste sentido e permitiram ao governo uma folga nas críticas que vinha recebendo sistematicamente dos diversos setores do empresariado. Mas nada garante que estas providências possam ter continuidade, pois os riscos de reaceleração da inflação já são sentidos de forma clara. Pode-se voltar novamente a uma política de preços e de crédito mais restritiva, a exemplo dos primeiros meses do ano. Aparentemente, o plano real do governo é ir rolando a crise com a barriga, combinando os ajustes de curto prazo com as pressões recebidas.

Tudo aos Monopólios

A liberação generalizada dos preços foi uma concessão importante ao grande capital monopolista. Num quadro de desaceleração da economia, as empresas que atuam em setores concorrenciais têm maior dificuldade em aumentar seus preços. Setor concorrenciais é aquele em que há um número de produtores, sendo que cada um tem poucas possibilidades de interferir isoladamente no nível de preços e no ritmo geral de negócios do setor. Nos primórdios do capitalismo, a totalidade do sistema funcionava assim. Hoje, são poucos os setores em que se encontra a concorrência em estado "puro", pois geralmente há uma ou outra empresa maior. Um setor típico é o de confecções. Ao lado de grupos gigantes (como a Alpargatas, por exemplo) há uma enorme quantidade de pequenas empresas, que produzem os mais variados artigos.

No ano passado, com o crescimento da demanda, surgiram inclusive muitas empresas novas, aumentando o grau de concorrência no setor. Hoje, com as vendas em queda, as empresas pequenas encontram grande dificuldade em aumentar seus preços, pois há muitos concorrentes precisando vender a qualquer custo para pagar suas dívidas. Neste caso, a disputa intercapitalista acaba resultando no arrefecer do ritmo da inflação. Nas primeiras fases do capitalismo, aliás, a inflação era um fenômeno apenas ocasional, quase sempre seguido por fases de deflação, em que os preços caíam devido à concorrência. Numa economia com o grau de desenvolvimento já atingido no Brasil, este mecanismo não funciona por causa da existência dos monopólios. Os setores monopolizados ou oligopolizados são aqueles em que apenas um ou poucos produtores controla a maior par-

Crise: este governo não tem mesmo jeito!

te dos negócios. Isto lhes permite estabelecer algum grau de controle sobre a concorrência, evitando que ela resulte em perdas para todos. Um bom exemplo é o automobilístico, ou o químico. Na economia brasileira a maior parte dos setores mais dinâmicos e rentáveis já se encontram bastante oligopolizados, embora o desenvolvimento do capitalismo seja recente.

Investimentos

No ano passado, o controle de preços atingiu mais fortemente alguns setores oligopolizados, que ainda por cima tinham que pagar ágio aos seus fornecedores. Muitos destes empresários vinham pressionando fortemente o governo, inclusive com a arma de não investir no aumento da produção. Justamente o atraso nos investimentos constitui um dos principais problemas da economia hoje. O investimento das grandes empresas é particularmente importante, pela sua dimensão. Afinal, se uma delas resolve ampliar suas instalações, desta decisão resultam encomendas muito volumosas a diversos outros setores, desde a construção civil até os fabricantes de máquinas.

Ainda em 1986, muitas empresas situadas em setores concorrenciais ganharam bastante com o congelamento, pois conseguiam burlar o controle de preços na venda de seus produtos e se beneficiavam pela estabilidade dos preços pagos por alguns dos produtos utilizados, inclusive tarifas de serviços públicos. Vendas em alta, parte dos custos estáveis e possibilidade de aumentar os preços de venda formam um conjunto atraente. Muitas empresas novas acreditavam que o cenário continuaria o mesmo. Contrataram empréstimos nos bancos, compraram máquinas, alugaram ou reformaram prédios. Agora, enfrentam vendas em baixa, concorrência intensa e dificuldade em aumentar os preços. Como não conseguem pagar as dívidas junto aos bancos, são obrigadas a renovar os créditos, só que agora por taxas de juros absurdamente elevadas em relação ao que tinham contratado poucos meses antes. Conclusão: o risco de quebra é muito grande. Este é um dos componentes principais do risco de recessão e desemprego hoje presente.

Já os oligopólios conseguiram agora do governo a liberação de preços justamente para recuperarem seus lucros. Como também eles enfrentam a perspectiva de vendas em queda, sua opção é elevar bastante os preços dos produtos. Para eles, tanto faz vender muito e mais barato ou vender menos e mais caro. Isto porque conseguem que todos os concorrentes ajam em conjunto. É o que estão fazendo agora as montadoras de automóveis.

Para estas grandes empresas, a alta dos juros não importa muito, pois geralmente elas não dependem de crédito bancário, trabalham com recursos próprios. Além disto, boa parte delas aplicam dinheiro regularmente no mercado financeiro, beneficiando-se dos juros altos. O esforço do governo em baixar os juros pretende no essencial aliviar a situação das empresas menores, evitando a quebra generalizada.

Favores aos Banqueiros

Que fez o governo para baixar os juros? Abriu linhas de crédito especiais para os bancos, a custo mais baixo, para que os bancos dispoñham então de mais recursos para emprestar às empresas.

Com os bancos dispoñdo de mais dinheiro, fornecido pelo Banco Central ao custo de 15% ao ano mais a variação das LBC, passaram a pagar bem menos aos aplicadores. A taxa de CDB, títulos que os bancos vendem ao público para obter dinheiro, vinha na base de 28% ao ano mais LBC, e caiu rapidamente pouco antes dos feriados da Semana Santa, para 19% ao ano mais LBC. A expectativa é que agora os bancos passem a cobrar menos pelos empréstimos. A taxa básica de crédito, que vinha a 45% ao ano mais LBC, tinha recuado para 39% ao ano mais LBC - queda bem menor do que a verificada nos juros pagos aos aplicadores. Mesmo que os juros dos empréstimos caíam para um nível ainda menor, como 30% ao ano mais LBC, os juros ainda estarão muito altos, embora as empresas endividadas obtenham algum alívio.

Vale lembrar que o governo escolheu mais uma vez o caminho de subsidiar os bancos privados com estas linhas de crédito. Afinal, o mesmo resultado poderia ser obtido de forma mais rápida e eficiente se o pró-

prio Banco do Brasil ofertasse diretamente estes recursos, obrigando então os bancos privados a abaixarem seus juros. Mas isto poderia acarretar prejuízos para os banqueiros, e daí é o que se sabe.

Enfim, o aumento na oferta de crédito pode facilitar a manutenção da atividade econômica. Enquanto persistir os gatilhos, as perdas dos assalariados, embora sejam pesadas, não se aprofundarão ao ponto de agravar excessivamente os riscos de recessão. Por aí o governo aparentemente acredita que poderá sustentar o ritmo dos negócios num nível de crescimento inferior ao do ano passado, mas sem cair em recessão. (NR:Há contudo, uma disputa no interior do governo e da burguesia que pode levar à sua supressão.)

Problemas continuam

Porém, os problemas de fundo permanecem os mesmos. O nível de investimento das grandes empresas é insuficiente para manter o crescimento e as pequenas empresas este ano investirão obviamente bem menos que em 1986. Os investimentos do governo continuam reduzidos, pelos problemas conhecidos na área das finanças públicas. Resta a esperança de que a recuperação das exportações possa reativar diversos setores que conseguem vender para fora. Mas aí volta a dúvida: dá para recuperar as vendas sem cortar drasticamente o consumo interno, como fez Delfim em 1981? E como favorecer os exportadores? Para tudo isto não há definições.

O risco de inflação, por outro lado, foi consideravelmente reforçado pela liberação dos preços dos setores oligopolizados. Da mesma forma, o governo se comprometeu a aumentar os preços dos serviços públicos e das estatais de alguns setores, para aliviar os problemas de caixa do governo. A somatória poderá ser uma nova disparada dos índices mensais de preços, o que levaria a um novo arrocho no crédito e novos controles de preços daqui a um ou dois meses. Seria uma espécie de política de "stop and go": parar e avançar seguidamente. No caso brasileiro, melhor seria chamar esta política de "empurrar com a barriga": não se resolve nada dos problemas essenciais, à espera de alguma coisa.

É esta alguma coisa parece política: a definição do mandato de Sarney, os acordos e cambalachos com os constituintes, um possível aprofundamento das divisões no PMDB que permitisse a Sarney formar uma maioria com os direitistas do atual partido majoritário e mais o PFL e parte do PDS.

Enquanto isto, Sarney joga no desgaste do PMDB, provocado pelos problemas da política econômica. Não resta dúvida de que se trata de um jogo perigoso, mas Sarney não tem muitas alternativas dentro do atual quadro institucional.

Carlos Eduardo Carvalho

CUT convoca: 1.º de Maio de Lutas



A CUT Estadual de São Paulo está programando manifestações em várias cidades do Estado, inclusive na Capital, em comemoração ao 1.º de Maio.

Em São Paulo, o ato inicia-se às 10 horas na Praça da Sé, com um show musical, seguido de pronunciamentos políticos. Logo após as lideranças dirigem-se ao Paço Municipal, em São Bernardo do Campo, onde a comemoração começa às 13 horas, também com show musical e pronunciamentos de líderes sindicais, dirigentes da CUT e do deputado Luís Ignácio Lula da Silva.

Para convocar os dois atos mais importantes, a CUT-SP confeccionou faixas e afixou cerca de 50 mil cartazes em São Paulo e em São Bernardo do Campo. A Campanha Nacional de Luta da CUT - defesa dos salários, emprego, terra, liberdade e autonomia sindical e o não pagamento da dívida externa - mais uma vez será a linha condutora desses atos.

Como é de costume, a CUT também participará do 1.º de Maio em outros países, principalmente da América Latina. Primeiro pela importância que alguns países representam hoje no cenário político, como Nicarágua, El Salvador, Chile, Paraguai, Cuba e também porque nos dias 18, 19, 20 e 21 de maio estará se realizando em Campinas (no Centro de Convenções da Unicamp) a Conferência Sindical Latinoamericana e caribenha sobre a dívida externa.

Na Europa, a CUT participa do 1.º de Maio em Moscou e Paris.

Conferência de Caracas contra o FMI e o MCE

Durante os dias 24, 25 e 26 de abril de 1987, realizou-se, em Caracas, a "Conferência Internacional Contra os Planos do FMI e da Comunidade Econômica Européia", convocada por um Comitê constituído na Venezuela por um conjunto amplo de personalidades de diversos setores políticos e sociais, da Universidade, da Igreja etc., com um critério unitário.

Como assinalou o apelo a esta Conferência, trata-se da defesa da soberania dos povos, de seu direito à autodeterminação atacados pelos planos anti-operários dos governos de todos os países, inclusive nas metrópoles imperialistas, e no caso dos países atrasados pela asfixia da dívida externa.

A ação internacional solidária torna-se uma necessidade urgente neste momento. Participaram desta Conferência delegações da América Latina, da Europa e da África.

Segundo declarações do responsável pela campanha da Conferência de Caracas no Brasil, companheiro Luis Favre, os responsáveis das bancadas federais do PMDB, PDT e PSB manifestaram seu apoio à iniciativa.

A CUT participou do evento e o PT está organizando, através da Secretaria de Relações Internacionais, os desdobramentos da Conferência em nosso país.

Publicamos a seguir trechos da mensagem do PT, assinada por Olívio Dutra, Secretário Geral do Partido, dirigida à Comissão Organizadora da Conferência de Caracas:

"O Partido dos Trabalhadores (PT) sente-se muito honrado em receber, e poder

aceitar, o convite para participar da Conferência de Caracas sobre a Dívida e Contra os Planos do Fundo Monetário Internacional e da Comunidade Econômica Européia.

"Nosso partido compartilha das teses, expostas no documento de convocação da Conferência, de que não foram os povos dos países devedores os que fizeram a dívida e que, portanto, não podem ser responsabilizados por esse compromisso. O PT também concorda com a afirmação de que são as multinacionais e as oligarquias dominantes em cada país do Terceiro Mundo os que se aproveitaram - e continuam se aproveitando - dos benefícios das incomensuráveis quantias de dinheiro transacionadas em nome de empréstimos entre Governos e entre bancos. Assim, não são as classes trabalhadoras dos chamados países devedores as que devem pagar a dívida. Igualmente, nosso partido concorda com a afirmação de que a submissão das políticas sócio-econômicas dos países do Terceiro Mundo às diretrizes do FMI e de outras instituições internacionais equivalentes estrangula o desenvolvimento integral das populações - principalmente da imensa maioria do povo, constituída pelas classes assalariadas. Além disso, a política das multinacionais e do FMI leva à recessão, à carestia, à inflação, ao desemprego e à miséria. Os povos do Terceiro Mundo devem, portanto, repudiar vigorosamente tais políticas." (...)

"O PT defende o rompimento, por parte do Governo brasileiro, dos acordos firmados com o FMI.

"Diante de tudo isso, o PT reafirma seu apoio integral à iniciativa da Conferência de Caracas, e considera de fundamental importância a participação, nessa Conferência, dos partidos, das centrais sindicais e das entidades populares comprometidas com a libertação integral dos povos do Terceiro Mundo.

"O Partido dos Trabalhadores, desde sua fundação há sete anos, tem tido a oportunidade e a honra de participar de outros compromissos internacionais semelhantes, sem-

pre em cumprimento fiel do seu programa político, de luta para a construção de uma sociedade sem explorados nem exploradores, sem oprimidos nem opressores." (...)

"(...) terminamos esta mensagem reafirmando nosso compromisso de luta contra a dívida e o FMI, de apoio à Conferência de Caracas e de votos de bom êxito às iniciativas do mesmo gênero já programadas e em preparação, como a Conferência Sindical Latinoamericana e Caribenha sobre a Dívida Externa, marcada para 18 e 21, em São Paulo."

Conferência Latina e Caribenha

Quatro centrais latino-americanas, a CUT do Brasil, o PIT-CNT do Uruguai, a CGT do Brasil e a COB da Bolívia, estão convocando uma "Conferência Sindical Latino-Americana e Caribenha, sobre a Dívida Externa", para os dias 18, 19, 20 e 21 de maio, em Campinas. Em carta dirigida às centrais sindicais latino-americanas, Jair Meneghelli, presidente da CUT, explica:

"A luta contra a dívida externa e as conseqüências que ela acarreta para os trabalhadores é uma bandeira da

CUT desde seu congresso de fundação, em 1983, reafirmada em seus dois congressos posteriores. Foi uma das palavras de ordem centrais de nossa recente greve geral. Por isso mesmo, temos estimulado e participado de todas as iniciativas, eventos, conferências, manifestações convocadas e realizadas por diferentes centrais, a nível continental e mundial..."

Já confirmaram a sua presença delegados sindicais de todos os países latino-americanos. No temário desta conferência sindical estão

previstas, além da discussão dos efeitos econômicos sociais da dívida na vida dos povos, propostas de formas conjuntas de luta contra a dívida externa. Como diz a própria convocatória assinada pelas quatro centrais:

"São os trabalhadores que terão que cumprir seu papel protagônico na luta contra a dívida externa, contra a extorsão a que estamos submetidos por parte do capital financeiro internacional e nacional que nos impõe políticas de fome e miséria."

Adão, esta é a terra que querias ver dividida...

Em assembléia realizada na tarde do último dia 12 de abril, em frente à Igreja Matriz de São Miguel Paulista, aos gritos de "queremos terra" e "de Itaim a São Miguel, ninguém mais paga aluguel", cerca de 25 mil pessoas ouviram, através do secretário da Habitação, Adriano Branco, a proposta do governo do Estado para a resolução do problema de falta de moradia que sofre a população daquela região e de toda São Paulo.

A grande vitória dos Sem-Terra foi ter conseguido, pela via da organização e da luta, obrigar o Governo a apresentar uma proposta que criou perspectivas de solução para o problema a curto, médio e longo prazos. De outro lado, houve um saldo bastante positivo em termos de organização, que se reflete na tomada de consciência a nível global do movimento, quanto à sua força e suas possibilidades.

A proposta apresentada à Assembléia aponta para desapropriações imediatas e projeta para, num prazo máximo de dois meses, o início da construção de 20 mil casas populares. Já até o final de 87, o Governo se compromete a construir um total de 50 mil casas e a partir de 88 apresenta uma meta de 100 mil casas anuais.

Apesar disso tudo, promessas são promessas e a necessidade da manutenção e ampliação da organização do movimento é fundamental para que esta vitória se desloque do terreno das perspectivas a um plano concreto. Inclusive pelo próprio impasse criado pelo Governo que, intransigentemente, ameaça com o cumprimento das liminares de ocupação com força policial.

Nós não temos para onde ir, diz Magno Brás da Silva Filho, casado, 4 filhos, que tem renda familiar de Cz\$ 2.400,00 e que teve seu aluguel aumentado de Cz\$ 150,00 para Cz\$ 1.600,00. Ele, que ocupa uma área em Vila Chabilândia, Guaianases, é um dos muitos que não tem outra solução senão resistir. "As armas dos poderosos já fizeram uma vítima. Nós somos de paz. Não pedimos nada de graça. Só queremos ver respeitado nosso direito de morar com dignidade. Queremos pagar, vamos pagar, e não aceitamos 'chiqueirinhos'. É um dever do Estado garantir aos cidadãos o acesso à moradia".

Raízes

Problema social, apesar de ser tratado por Quêrcia, Jânio Quadros e seus vassallos, como caso de polícia, o drama da moradia vem, a cada dia, tomando proporções mais calamitosas. Agravado diretamente pela política de submissão adotada pelo governo frente aos banqueiros internacionais, e que como consequência gera o esbulho dos trabalhadores através do arrocho salarial, o pesar dos sem moradia ampliou-se com o Plano Cruzado e seus desdobramentos. Com o Plano Cruzado I a especulação imobiliária tornou os imóveis, então desocupados inalugáveis. Veio o Plano Cruzado II. Com ele a alta generalizada de preços, a volta da inflação galopante e nova corrosão dos salários. Com isso, morar tornou-se proibitivo para a imensa maioria dos trabalhadores.



O drama da moradia tende a ficar mais caótico frente ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores. "Hoje, nos foros da região de Guaianases entram (por dia) de 30 a 40 ações de despejo de famílias que não conseguem suprir sequer as suas necessidades básicas e ao mesmo tempo morar com decência", afirma Roberto Gouveia, deputado estadual do PT, que tem acompanhado o movimento dos Sem-Terra desde sua formação. Gouveia, que vem participando também das reuniões de negociação com o Governo, exige uma resposta concreta que venha contemplar as exigências da população. "O povo já deu a solução! Basta ao Governo começar a ouvi-lo".

Interesses

Os Sem-Terra, para chegar ao atual estágio de organização passaram por um processo de três anos de experiência na luta pela terra. Através do cadastramento dos necessitados e de reuniões constantes que lhes permitiram acumular bagagem e ampliar sua organização, o movimento, num crescendo, foi criando alternativas para pressionar o Governo e exigir a resolução de seus problemas.

Em 23 de março, uma caravana composta por mais de 3 mil pessoas foi ao Palácio dos Bandeirantes cobrar do Governo o atendimento às suas reivindicações. Esta forma de pressão foi fundamental para a abertura de um canal de negociações, até então inexistente.

A partir daí foram feitos vários contatos - com os secretários de Habitação, da Segurança e com o governador Orestes Quêrcia - com vistas a amadurecer uma proposta global que desse uma perspectiva real de enfrentamento do problema habitacional da região.

A proposta dos Sem-Terra vislumbra a solução definitiva do problema, através de uma política habitacional planejada. Nela estão incluídas a construção de casas que deverão ser vendidas a preços taxados de acordo com a renda de cada família, a desapropriação de áreas ociosas, a urbanização destas áreas e seu

repasso aos necessitados, o cadastramento dos mesmos e a construção em mutirões.

Apesar do secretário da Habitação se contrapor ao sistema de mutirão, sob o argumento de que este é lento, os Sem-Terra não abrem mão desta forma de construção. Para Wilson Augusto de Oliveira, presidente do Diretório de Guaianases e membro do Diretório Municipal do PT, o argumento é falso, pois o mutirão não só não retarda, como agiliza os trabalhos. Ele vê em jogo, atrás destes empecilhos criados, os interesses dos "tubarões" das empreiteiras. "O sistema de mutirão impossibilita o desvio de verbas. Isso irrita os poderosos".

Resistir

Em compasso de espera, os Sem-Terra aguardam que seu sonho torne-se realidade. Enquanto isso, continuam a se organizar para resistir a qualquer tentativa de desocupação. Se a polícia chegar eles utilizarão a tática de abandonar as terras e voltar assim que esta for embora. Estão dispostos também a travar uma batalha judicial para sustar a execução das liminares, pois como diz Juscelino da Silva Neto, vereador do PT e que tem dado apoio ao movimento, "a maioria das áreas são ilegais e muitas chegam a ter de dois a três donos".

Cansados de sofrer diariamente com as agruras da miséria e da opressão, eles que já viram tombar ante a facista Guarda Metropolitana um de seus companheiros - Adão Manoel da Silva -, esperam que não haja mais violência. "Temos que ter tranquilidade para continuar lutando por nossa sobrevivência. O Governo deve parar de nos aterrorizar", afirma Valter Jacinto Gomes, um dos ocupantes da área, que conclui: "Não somos lixo para nos jogarem em qualquer canto. Não temos para onde ir e a culpa é do Governo. Aguardaremos nas terras ocupadas até que eles cumpram sua promessa. Estamos cheios de demagogia".

Francisco Damaso

Jânio quer arrebentar com o funcionalismo

O prefeito Jânio Quadros, depois de abandonar a Prefeitura por 40 dias para uma turnê à Europa e EUA, reassumiu seu cargo ameaçando "tratar a pau" a greve do funcionalismo municipal que já dura 15 dias.

Jânio, que tem arrojado brutalmente o funcionalismo através da negação do gatilho, voltou utilizando-se das mesmas atitudes fascistas, que, em recente plebiscito, obtiveram o repúdio geral da população paulista.

Este homem, que pela vontade popular não assumiria NUNCA MAIS cargo público algum, demitiu sumariamente mais de 500 funcionários, mantendo outros 600 sob inquérito administrativo e ameaça de demissão.

Tudo isso para não atender reivindicações mais do que legítimas do funcionalismo municipal que, depois de mais de um ano sem nenhuma correção salarial, pede tão somente 63% de reajuste, incorporação aos salários de um abono de Cz\$ 1.159,00 e a introdução do gatilho. Enfim nada de mais, a não ser para Jânio e para seus métodos nazi-fascistas de governo.